

STF decreta sigilo de inquérito que apura irregularidades no MEC

O Supremo Tribunal Federal decretou o sigilo do inquérito que apura interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas investigações de corrupção no Ministério da Educação. O inquérito foi enviado pela Justiça Federal ao STF após determinação do juiz federal Renato Coelho Borelli, com base em pedido do Ministério Público Federal.

Isac Nóbrega/PR



Ex-ministro é investigado por operar um gabinete paralelo no ministério da educação
Isac Nóbrega/PR

A remessa dos autos para o STF foi um pedido do MPF, que alegou que a investigação foi "prejudicada" em razão do tratamento diferenciado dado pela polícia ao ex-ministro. O delegado federal responsável pelo pedido de prisão, Bruno Caladrini, em texto enviado aos colegas, alegou "interferência na condução das investigações".

O relato do delegado foi reforçado após a divulgações de [interceptações telefônicas](#) feitas pela PF. Nelas, o ex-ministro Milton Ribeiro conta para sua filha que Jair Bolsonaro o alertou sobre um "pressentimento" sobre as chances de uma operação policial contra ele.

A conversa fez retornar as investigações sobre a possível interferência de Bolsonaro na PF e nas investigações de Milton Ribeiro. Como o presidente possui foro privilegiado em razão cargo que exerce, o processo foi enviado ao STF, já que não pode ser investigado na primeira instância. Até o momento, há quatro pedidos de investigação do presidente por interferir em investigações.

Milton Ribeiro é investigado por supostamente operar um gabinete paralelo para liberação de verbas do Ministério da Educação a partir de pagamentos de propina. Ele foi preso preventivamente no dia 22 de junho junto com outros quatro pastores. No dia seguinte o ministro teve a [prisão revogada](#).

INQ 4896

Date Created

30/06/2022